

Gabinete de Articulação para Efetividade da Política da Educação em Mato Grosso (Gaepe-MT)

Resumo Executivo da 27ª reunião – 23/07/2025 (6ª de 2025)

O QUE VOCÊ VAI ENCONTRAR NESTE DOCUMENTO?

- **Cronograma da reunião;**
- **Em seguida, o resumo executivo traz informações sobre:**
 - Contextualização do questionário diagnóstico da educação especial na perspectiva inclusiva, com ênfase nos principais achados;
 - Síntese do estágio atual da política estadual de financiamento da educação infantil em Mato Grosso, com ênfase nas ações de retomada das obras iniciadas em 2024 e no andamento do processo seletivo vinculado ao Edital de Chamada Pública nº 003/2025/GS/SEDUC/MT;
 - Contextualização da construção do novo questionário da educação infantil, incluindo a versão final do instrumento
- **Seção “Notícias”, com atualizações sobre políticas educacionais, incluindo prazos de adesão, novos programas, ações em curso e dados recém-publicados.**

CRONOGRAMA DA REUNIÃO

1. Educação Especial na perspectiva inclusiva em Mato Grosso (40 min.)
Objetivo: Discutir os principais achados do levantamento de informações sobre a educação especial na perspectiva inclusiva nos municípios de Mato Grosso.
Apresentação: <ul style="list-style-type: none">• 20 min. - Cassyra Vuolo (Copec/TCE-MT); Willer Moravia (Instituto Articule); Grupo de Trabalho - Educação Especial Inclusiva
Debates: 20 min.
2. Destinação de recursos do orçamento estadual para a expansão de vagas em creches (30 min.)
Objetivo: Apresentar o andamento das ações de acompanhamento da execução das obras de creches selecionadas em 2024, bem como o status atual de submissão de propostas ao Edital de Chamada Pública de 2025, voltado à expansão da educação infantil nos municípios de Mato Grosso.
Apresentação: <ul style="list-style-type: none">• 10 min. - Marcelo de Barros (Seduc-MT); Grupo de Trabalho - Obras
Debates: 20 min.
3. Levantamento sobre a demanda de vagas na Educação Infantil nos municípios de Mato Grosso (20 min.)
Objetivo: Discutir o lançamento do novo levantamento sobre a demanda de vagas na educação infantil, incluindo as estratégias de mobilização junto aos municípios.
Apresentação: <ul style="list-style-type: none">• 10 min. - Cassyra Vuolo (Copec/TCE-MT); Willer Moravia (Instituto Articule)
Debates: 10 min.

RESUMO EXECUTIVO

1. DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA EM MATO GROSSO

A educação especial sob a perspectiva inclusiva se fundamenta na garantia do direito à educação com equidade, comprometida com a remoção de barreiras de diferentes naturezas — arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais — que ainda limitam a plena participação e aprendizagem de estudantes com deficiência nas redes de ensino.

Apesar de avanços normativos significativos no Brasil, a efetivação do direito à educação inclusiva ainda esbarra em obstáculos estruturais e institucionais. Persistem contradições entre o que está assegurado em lei e o que se concretiza nas práticas educacionais, refletindo fragilidades na implementação de políticas inclusivas.

No contexto mato-grossense, persistem desafios expressivos relacionados à infraestrutura, à formação docente e à organização do atendimento educacional especializado. Essas limitações têm sido evidenciadas e acompanhadas por dados sistematizados no [Painel de Indicadores da Educação Especial](#)¹, elaborado a partir dos microdados do Censo Escolar e das informações da Sinopse Estatística do MEC/Inep.

Com o propósito de aprofundar esse diagnóstico, o Gaepe-MT coordenou, em 2025, a construção de um formulário voltado às secretarias municipais de educação, elaborado de forma interinstitucional e colaborativa pelas instâncias que integram a governança.

- O instrumento contemplou diferentes dimensões da política de inclusão.
- O processo de coleta de informações por meio do questionário sobre a educação especial na perspectiva inclusiva foi realizado entre os meses de abril e maio de 2025, com participação de **100% dos municípios do estado de Mato Grosso**, o que confere elevada representatividade ao diagnóstico.
- Trata-se de dados autodeclarados pelas **redes municipais** de ensino.
- Após o encerramento do prazo para envio das respostas, no dia 31 de maio, os dados foram organizados e sistematizados pela equipe técnica da Comissão Permanente de Educação e Cultura (Copec) do TCE-MT.

¹ O Painel de Indicadores da Educação Especial tem o objetivo de instrumentalizar gestores na criação de políticas públicas baseadas em dados e evidências. Visa, também, favorecer ações de advocacy e ser fonte de referências para profissionais comprometidos com a educação inclusiva. Trata-se de uma iniciativa do Instituto Rodrigo Mendes, em parceria com o Instituto Unibanco e apoio do Centro Lemann, Todos Pela Educação e UNICEF. As informações sobre conceitos e metodologia de cálculo estão disponíveis nas notas técnicas.

Como forma de devolutiva e transparência à governança, a base completa de dados foi compartilhada no grupo de WhatsApp do Gaepe-MT, através de uma planilha acompanhada por uma apresentação com gráficos, também elaborada pela equipe da Copec/TCE-MT.

Esse material subsidiou a reunião do Grupo de Trabalho de Educação Especial Inclusiva do Gaepe-MT, realizada no dia 18 de julho de 2025, dedicada à análise preliminar dos dados e à identificação de aspectos prioritários que demandam aprofundamento e encaminhamentos interinstitucionais. O quadro a seguir reúne os principais resultados obtidos.

Principais resultados do levantamento

Informações sobre os alunos com Deficiência		
Variável/Questão	Quantidade	
Total de estudantes com necessidades educacionais específicas, incluindo Deficiência, Transtornos e Superdotação	10.940	
Número de estudantes com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD)	8.606	
Número de estudantes com Deficiências Múltiplas	1.558	
Número de estudantes com Deficiência Visual	381	
Número de estudantes com Deficiência Auditiva	289	
Número de estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação	102	
Número de estudantes com Surdocegueira	4	
Professores do Atendimento educacional especializado (AEE)		
Variável/Questão	Quantidade	
Total de professores do AEE	1.146	
Número de professores efetivos do AEE com especialização na área	581 (51%)	
Número de professores efetivos do AEE sem especialização na área	153 (13%)	
Número de professores contratados do AEE com especialização na área	232 (20%)	
Número de professores contratados do AEE sem especialização na área	180 (16%)	
Atendimento educacional especializado (AEE)		
Variável/Questão	Quantidade	
Quantas escolas da rede municipal oferecem AEE em suas próprias instalações?	661 escolas (32%)	
Variável/Questão	Sim	Não
Há matrícula antecipada para estudantes com deficiência em relação aos demais?	52% (74)	48% (68)
Há exigência de apresentação de laudo médico para acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) ou a outros apoios?	56% (80)	44% (62)
Há elaboração de Plano de Ensino Individualizado (PEI) ou de Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) para estudantes com deficiência?	80% (114)	20% (28)
Em caso de elaboração, há colaboração transdisciplinar entre profissionais na construção do PEI/PAEE?	96% (110)	4% (4)
Há estudantes matriculados exclusivamente em instituições de educação especial (escolas segregadas)?	30% (43)	70% (99)
Há acompanhamento contínuo das necessidades específicas dos estudantes ao longo do tempo?	85% (121)	15% (21)



Há estudantes que necessitam do atendimento de profissionais de apoio, mas que ainda não o recebem?	13% (18)	87% (124)
Existe protocolo ou fluxo definido para solicitação, avaliação e disponibilização de profissionais de apoio?	63% (90)	37% (52)
O município possui Centro de Atendimento Educacional Especializado (AEE)?	32% (46)	68% (96)
É realizado estudo de caso para encaminhamento ao AEE (conforme artigo 28, VII, da Lei nº 13.146/2015)?	84% (119)	16% (23)
Existe sistema de monitoramento e avaliação dos estudantes que recebem AEE?	48% (68)	52% (74)
Existem recursos orçamentários reservados para a promoção da acessibilidade nas escolas municipais?	42% (60)	58% (82)
O município oferece formação continuada aos profissionais da rede que atuam na educação especial na perspectiva inclusiva?	75% (107)	25% (35)
Intersetorialidade e colaboração		
Variável/Questão	Quantidade	
Número de Psicólogos	196	
Número de Fisioterapeutas	51	
Número de Terapeutas Ocupacionais	15	
Variável/Questão	Sim	Não
A rede conta com o apoio de outros profissionais, como psicólogos, terapeutas ocupacionais ou fisioterapeutas, para colaborar no processo inclusivo?	76% (108)	24% (34)
Existe equipe intersetorial para apoio transdisciplinar (saúde e assistência)?	74% (105)	26% (37)
Há setor ou responsável específico na secretaria municipal de educação para coordenar ações de acessibilidade?	31% (44)	69% (98)
Há pessoas com deficiência em idade escolar que recebem o BPC, mas que não estão matriculadas?	20% (29)	80% (113)
Há colaboração entre as redes municipal e estadual para garantir a continuidade do apoio educacional inclusivo durante o processo de transição dos estudantes?	44% (62)	56% (80)
Há diálogo contínuo entre a escola e as famílias dos estudantes que recebem AEE?	93% (132)	7% (10)

Destaques sobre os desafios mapeados a partir do levantamento

A análise dos dados apresentados revela importantes fragilidades na implementação da política de educação inclusiva nos municípios, tanto no que se refere à identificação das necessidades dos estudantes quanto à garantia de apoios adequados e gestão intersetorial. Os principais problemas podem ser organizados em cinco eixos críticos:

1. Cobertura e Qualidade do Atendimento Educacional Especializado (AEE)

- **Somente 661 escolas municipais (42%), das 1.561 existentes, oferecem AEE em suas próprias instalações**, o que pode limitar o acesso e a efetividade do atendimento.
- **Apenas 32% dos municípios possuem Centros de AEE**, o que restringe a oferta de serviços especializados em pólos de referência.

- **52% das redes não possuem sistema de monitoramento e avaliação dos estudantes que recebem AEE**, o que compromete a avaliação contínua da eficácia dos apoios.
- **Apenas 42% dos municípios possuem reserva orçamentária para acessibilidade escolar**, o que afeta a eliminação de barreiras físicas, pedagógicas e comunicacionais.

2. Formação e Especialização dos Profissionais do AEE

- Com um **total de 1.146 professores do AEE**, observa-se que **29% deles não possuem especialização na área**, sendo 333 profissionais (entre efetivos e contratados).
- Essa limitação técnica compromete a qualidade do atendimento e a adequação das estratégias pedagógicas às diferentes deficiências e transtornos.

3. Gestão pedagógica e práticas escolares

- Ainda que **80% das redes elaborem PEI (Plano de Ensino Individualizado) ou PAEE (Plano de Atendimento Educacional Especializado) para estudantes com deficiência**, persistem desafios, como:
- **20% das redes não adotam essa prática essencial para a individualização do ensino.**
- **4% não contam com colaboração transdisciplinar na elaboração dos planos**, o que fere o princípio da integralidade no atendimento.
- **56% das redes exigem laudo médico para acesso ao AEE**, prática não recomendada por instrumentos federais², pois pode se tornar uma barreira ao acesso.
- **30% dos municípios relataram que possuem estudantes com deficiência ainda matriculados exclusivamente em escolas segregadas**, contrariando o princípio da inclusão previsto no art. 28 da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015).

4. Apoios insuficientes aos estudantes

- Em **13% dos municípios**, há estudantes que **necessitam de profissionais de apoio, mas ainda não têm acesso.**
- **37% dos municípios não possuem protocolo ou fluxo definido** para solicitação e disponibilização de apoio, o que dificulta respostas rápidas às demandas da

² A Nota Técnica n. 04/2014 do Ministério da Educação afirma, na pág. 3, que: “[...] não se pode considerar imprescindível a apresentação de laudo médico (diagnóstico clínico) por parte do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, uma vez que o AEE caracteriza-se por atendimento pedagógico e não clínico”.

Link da NT:

https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15898-nott04-secadi-dpee-23012014&Itemid=30192

comunidade escolar.

5. Gestão intersetorial e articulação institucional frágeis

- **69% das secretarias municipais de educação não têm setor ou responsável específico para coordenar a acessibilidade**, o que compromete a gestão da política de inclusão.
- Embora 74% das redes contem com equipe intersetorial, ainda há **26% que não possuem essa estrutura mínima para promover articulação entre saúde, assistência e educação**.
- Apenas **20% dos municípios identificaram pessoas com deficiência em idade escolar beneficiárias do BPC fora da escola**, o que pode evidenciar falhas na busca ativa intersetorial.
- **Mais da metade das redes (56%) não mantém colaboração com o Estado na transição dos estudantes com deficiência**, o que pode gerar rupturas nos apoios educacionais ao longo da trajetória escolar.

Dessa forma, o diagnóstico aponta para a necessidade urgente de:

- Fortalecer a governança da política de educação inclusiva, com investimentos em formação docente, articulação intersetorial, monitoramento contínuo dos estudantes, expansão dos serviços de AEE e eliminação de práticas excludentes.
- Também é necessário garantir orçamento próprio para acessibilidade, promover a inclusão em escolas regulares e assegurar o cumprimento dos direitos previstos na legislação vigente.

Com base nesse panorama inicial, a 27ª Reunião Ordinária do Gaepe-MT, agendada para o dia 23 de julho de 2025, terá como uma de suas pautas a discussão dos principais achados do diagnóstico. O objetivo é construir, de forma colaborativa, estratégias para o fortalecimento das políticas públicas de educação especial na perspectiva da educação inclusão no estado de Mato Grosso.

2. DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO ESTADUAL PARA A EXPANSÃO DE VAGAS EM CRECHES

O Gabinete de Articulação para Efetividade da Política da Educação em Mato Grosso (Gaepe-MT) tem exercido papel articulador na estruturação de uma política pública duradoura **para o financiamento da educação infantil, com foco prioritário na ampliação da oferta de vagas em creches**. Essa iniciativa foi formalizada por meio da criação do Fundo

Estadual de Apoio à Melhoria das Condições de Oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (FMTE), instituído pela **Lei nº 12.431, de 5 de fevereiro de 2024**³, e regulamentado pelo **Decreto nº 975, de 23 de agosto de 2024**⁴.

Em 2024, a política estadual voltou-se à reativação de obras anteriormente paralisadas, destinando R\$ 20.978.730,06 do FMTE à conclusão de 15 unidades de creches em 13 municípios. Para garantir a execução eficaz desses investimentos, o Gaepe-MT estabeleceu um canal permanente de diálogo com as prefeituras beneficiadas, promovendo o monitoramento contínuo do andamento das construções e compartilhando periodicamente dados estratégicos com os entes da governança.

Neste contexto, destaca-se a atuação do Grupo de Trabalho de Acompanhamento de Obras do Gaepe-MT, composto por representantes da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), Instituto Articule, Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT), Undime-MT e Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT). Este grupo atua como instância técnica e colaborativa, viabilizando a articulação entre diferentes instituições, propondo soluções para obstáculos operacionais e fortalecendo o diálogo interinstitucional.

No âmbito dessas iniciativas, no dia 13 de junho de 2025, o Grupo de Trabalho realizou uma reunião técnica com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), na qual foram identificados entraves à execução local das obras iniciadas em 2024, inclusive relacionados a interpretações divergentes sobre a utilização dos recursos e riscos de responsabilização dos gestores. Diante desse cenário, está em fase de articulação uma agenda conjunta com o FNDE, voltada ao reforço do suporte técnico e ao esclarecimento de dúvidas das equipes municipais, por meio da realização de reuniões individuais com cada município, a partir de 25 de julho de 2025.

Em paralelo, a política estadual avançou com o lançamento do **Edital de Chamada Pública nº 003/2025/GS/SEDUC/MT**⁵, voltado tanto à retomada de obras paralisadas quanto à construção de novas unidades de creche. Com previsão de aporte inicial de R\$ 40 milhões, a iniciativa integra um investimento escalonado que totalizará R\$ 120 milhões até 2027.

O Gaepe-MT participou ativamente da construção do edital, contribuindo com sugestões para o aprimoramento dos critérios de seleção, com o objetivo de priorizar

³ <https://drive.google.com/file/d/11uGQTIUPJSq2mSgo6zB2Fpazz6HY5u9m/view?usp=sharing>

⁴ <https://drive.google.com/file/d/1bq6eWNTjUqR7s8IsqTtOms35cdwn2t19/view?usp=sharing>

⁵ <https://iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/18447#/p:15/e:18447?find=Creches>

municípios com maior necessidade de atendimento e promover condições técnicas viáveis para a execução das propostas, especialmente por meio da defesa da adoção de um projeto padrão e da simplificação de exigências operacionais.

Após sua publicação, o edital passou por dois ajustes significativos, ambos marcados pela participação ativa das instituições que compõem a governança interinstitucional. O **Edital Retificador nº 02/2025**⁶ flexibilizou a exigência de entrega imediata da documentação técnica, autorizando os municípios a apresentarem um termo de compromisso com o projeto padrão da AMM e a complementarem os documentos posteriormente.

Já o **Edital Retificador nº 03/2025**⁷, publicado em 17 de julho, prorrogou o prazo de submissão de propostas para 5 de agosto de 2025, diante da constatação de que muitos municípios ainda apresentavam dúvidas quanto aos procedimentos exigidos. A decisão foi adotada pela Seduc-MT com base nesse diagnóstico e na sensibilidade à realidade local, em articulação com o Grupo de Trabalho de Acompanhamento de Obras do Gaepe-MT, que vinha acompanhando de forma sistemática o processo junto à equipe técnica da própria secretaria.

Como reconhecimento à importância da medida, o presidente da Comissão Permanente de Educação e Cultura (Copec) do TCE-MT, conselheiro Antonio Joaquim, encaminhou ofício à Seduc-MT parabenizando a iniciativa e solicitando, para fins de acompanhamento e apoio estratégico, a lista atualizada dos municípios que já submeteram propostas ao edital. A solicitação visa subsidiar uma mobilização mais direcionada junto às gestões municipais que ainda não formalizaram sua participação, contribuindo para ampliar o alcance da política.

A 27ª Reunião Ordinária do Gaepe-MT, agendada para o dia 23 de julho de 2025, terá entre seus pontos de pauta a apresentação das atualizações sobre o andamento das obras de creches pactuadas em 2024, bem como o panorama da adesão dos municípios ao Edital de Chamada Pública nº 003/2025. As informações consolidadas subsidiarão a definição coletiva de estratégias de mobilização, apoio técnico e acompanhamento interinstitucional.

3. LEVANTAMENTO SOBRE A DEMANDA DE VAGAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NOS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO

Dando continuidade ao trabalho iniciado em 2023, o Gabinete de Articulação para Efetividade da Política da Educação em Mato Grosso (Gaepe-MT) coordenou, ao longo das

⁶ <https://iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/18513/#/p:31/e:18513>

⁷ <https://iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/18569/#/p:42/e:18569>

últimas semanas, a construção coletiva de um novo formulário estadual voltado à educação infantil. O objetivo é atualizar os dados sobre a oferta de vagas na educação infantil do estado de Mato Grosso.

A coleta de informações realizadas em 2023 e 2024 representa um marco para a agenda da primeira infância no estado. A partir dela, foi possível evidenciar o déficit de vagas em creches, fundamentar propostas normativas e orçamentárias, e mobilizar os Poderes Executivo e Legislativo para a inclusão inédita de recursos destinados à educação infantil nas peças orçamentárias estaduais (PPA, LDO e LOA).

A proposta de atualização do questionário foi inicialmente debatida nas primeiras reuniões ordinárias do Gaepe-MT em 2025, e sua construção teve continuidade por meio de trocas institucionais no grupo de WhatsApp do colegiado. A versão preliminar do instrumento foi compartilhada no dia 3 de julho de 2025, com prazo para envio de sugestões e comentários até 9 de julho de 2025. As contribuições recebidas foram analisadas pelo Grupo Diretor do Gaepe-MT e incorporadas conforme a pertinência técnica e a aderência ao objetivo central do diagnóstico: subsidiar estratégias concretas de apoio à expansão da educação infantil no estado.

Na sequência, foi realizado o pré-teste do questionário na Secretaria Municipal de Educação de Canarana, com o intuito de verificar a clareza das perguntas, a adequação do fluxo de preenchimento e a viabilidade de resposta por parte das equipes técnicas locais.

A partir desse processo colaborativo, consolidou-se a versão final do questionário:

Instrumento para Diagnóstico da Educação Infantil em Mato Grosso

1. SOBRE O MUNICÍPIO

- 1.1. Nome do município: (lista previamente cadastrada)
- 1.2. Nome completo do(a) Prefeito(a):
- 1.3. Nome completo do(a) Secretário(a) Municipal de Educação:

2. SOBRE QUEM ESTÁ RESPONDENDO O DIAGNÓSTICO

- 2.1. Nome completo:
- 2.2. Cargo/função:
- 2.3. Celular/telefone:
- 2.4. E-mail:

**LEVANTAMENTO DE DADOS SOBRE CRECHES
(0 anos a 3 anos e 11 meses)**

3. OFERTA EM CRECHE

- 3.1 Quantas vagas em creches públicas são ofertadas em seu município? Por favor, responda com números:
3.1.1 Oferta de vagas em creche de período integral:
3.1.2 Oferta de vagas em creche de período parcial:
- 3.2 Quantas crianças estão matriculadas em creches públicas em seu município? Por favor, responda com números:
0 a 11 meses:
1 ano a 1 ano e 11 meses:
2 anos a 2 anos e 11 meses:
3 anos a 3 anos e 11 meses:
- 3.3 O município contrata vagas de creche em rede privada com fins lucrativos?
() Sim () Não
- 3.4 Se sim, qual a quantidade de crianças matriculadas em vagas contratadas em creches da rede privada com fins lucrativos pelo município? Responda com números:
0 a 11 meses:
1 ano a 1 ano e 11 meses:
2 anos a 2 anos e 11 meses:
3 anos a 3 anos e 11 meses:
- 3.5 O município possui crianças matriculadas em creches privadas/filantrópicas, sem participação do poder público?
() Sim () Não
- 3.6 Se sim, quantas crianças estão matriculadas em creches privadas/filantrópicas, sem participação do poder público. Responda com números:
- 3.7 O município possui convênio com entidades filantrópicas (sem fins lucrativos) que oferecem creches?
() Sim () Não
- 3.8 Se sim, qual a quantidade de crianças matriculadas em vagas ofertadas por convênio com entidades filantrópicas (sem fins lucrativos)? Responda com números:
0 a 11 meses:
1 ano a 1 ano e 11 meses:
2 anos a 2 anos e 11 meses:
3 anos a 3 anos e 11 meses:
- 3.9 Existe idade mínima para matrícula em creche no seu município?
() Sim () Não
- 3.10 Se sim, qual é a idade mínima para atendimento em creche? Responda com números (em meses):

4. DEMANDA MANIFESTA DE VAGAS NAS CRECHES PÚBLICAS (FILA DE ESPERA)

- 4.1 O município possui fila de espera para vaga em creche?
() Sim () Não
- 4.2 Se sim, qual o número de crianças que aguardam na fila de espera para vaga em creche, de

acordo com as faixas etárias abaixo. Responda apenas com números.

0 a 11 meses:

1 ano a 1 ano e 11 meses:

2 anos a 2 anos e 11 meses:

3 anos a 3 anos e 11 meses:

4.3 Em quais áreas do município há fila de espera para vaga em creche?

rural urbana ambas as áreas

4.4 Existem critérios objetivos (regulamentos em norma, portaria, etc.) para priorização da criança em fila de espera para vaga em creches no seu município?

Sim Não

4.5 Como é feito o monitoramento e controle da fila de espera para vaga em creche no seu município?

Controle manual (planilha, lista impressa, etc.)

Sistema informatizado

Não há controle

4.6 Se houver controle, a lista contendo informações sobre a fila de espera para vaga em creche está disponibilizada na página eletrônica da internet do seu município?

Sim Não

5. ESTRUTURA DAS CRECHES

5.1 Sobre o número de creches públicas existentes em seu município, responda com números:

5.1.1 Quantas funcionam em prédio exclusivo?

5.1.2 Quantas funcionam em prédios que atendem outros anos escolares?

5.2 Quantas creches privadas (com fins lucrativos) existem no seu município? Responda com números:

5.3 Quantas creches filantrópicas (sem fins lucrativos) existem no seu município? Responda com números:

5.4 No seu município há obras de construção/ampliação de creches públicas em andamento?

Sim Não

5.5 Se sim, quantas obras? Responda com números.

5.6 Qual a data prevista (mês e ano) para entrega dessa(s) obra(s). Informe a data final da última obra de construção/ampliação.

5.7 Qual a quantidade de novas vagas em creches que serão criadas a partir da(s) nova(s) unidade(s). Responda com números:

5.8 Existem obras de creches paralisadas em seu município?

Sim Não

5.9 Se sim, qual o motivo ou causa da paralisação?

5.10 Qual é a origem dos recursos financeiros que estão custeando as obras paralisadas? (marque quantas forem necessárias)

Recursos próprios

Convênio com o Governo Estadual

Convênio com o Governo Federal

- Emendas parlamentares
- Outras fontes

5.11 Marque quais são as maiores dificuldades encontradas para a ampliação de oferta de vagas em creche no seu município (marque quantas forem necessárias)

- Ausência de Demanda Manifesta
- Ausência de Apoio Parlamentar/Municipal, Estadual e Federal
- Equipamentos/Materiais em Geral/Mobiliário Adequado
- Espaço Físico
- Expansão Demográfica
- Manutenção das Creches
- Manutenção dos Prédios
- Merenda Escolar
- Material Pedagógico
- Processos Licitatórios
- Profissionais Capacitados
- Recursos Financeiros
- Recursos Humanos
- Transporte Escolar
- Outra(s) causa(s)

6. PLANEJAMENTO DE VAGAS PARA 2025

6.1 Foi elaborado um Plano de Expansão de vagas para creches públicas, para o ano de 2025?

- Sim Não

6.2 Se a resposta anterior foi NÃO, marque a razão de não ter elaborado o Plano de Expansão.

- Falta de equipe
- Falta de conhecimento
- Já atende a demanda de vagas
- Outra(s) causa(s)

6.3 Seu município possui um Plano Municipal pela Primeira Infância?

- Sim Não

LEVANTAMENTO DE DADOS SOBRE VAGAS NA PRÉ-ESCOLA (4 anos a 5 anos e 11 meses)

7. OFERTA EM PRÉ-ESCOLA

7.1 Quantas crianças com idade entre 4 anos a 5 anos e 11 meses, completados até 31/03/25, estão matriculadas na pré-escola no seu município. Responda com números:

7.2 Instituições de pré-escola públicas:

7.3 Instituições de pré-escola filantrópicas conveniadas:

8. DEMANDA DE CRIANÇAS FORA DA PRÉ-ESCOLA POR FALTA DE VAGAS

8.1 Existem crianças fora da pré-escola por falta de vagas no seu município?

- Sim Não

8.2 Se sim, quantas crianças estão fora da pré-escola por falta de vagas no seu município?

Responda com números:

- 8.3 Em quais áreas do seu município existem crianças fora da pré-escola por falta de vagas?
() Rural () Urbana () Ambas as áreas (rural e urbana)
- 8.4 Como é feito o monitoramento e controle do número de crianças fora da pré-escola por falta de vagas no seu município?
() Controle manual (planilha, lista impressa, etc.)
() Sistema informatizado
() Não há controle

A pauta será discutida na 27ª Reunião Ordinária do Gaepe-MT, com o objetivo de deliberar sobre o lançamento oficial do levantamento, o cronograma de aplicação, os prazos de preenchimento e as estratégias de mobilização junto às redes municipais, de modo a garantir ampla participação e qualidade das informações coletadas.

NOTÍCIAS

APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA AINDA ABAIXO DOS NÍVEIS PRÉ-PANDEMIA:

Estudo do Todos Pela Educação revela que o Brasil não recuperou os níveis de aprendizagem de 2019. Cresceram as desigualdades raciais e socioeconômicas, sobretudo no ensino médio e no 9º ano. O novo PNE traz metas específicas para reduzir essas desigualdades. Recomposição de aprendizagens e expansão do tempo integral são apontadas como urgentes.

[Link para a notícia](#)

GOVERNO DEFENDE META DE 3 MILHÕES DE MATRÍCULAS EM CURSOS DE QUALIFICAÇÃO NO NOVO PNE:

Em audiência na Câmara, o MEC defendeu manter a meta de 3 milhões de matrículas em cursos de qualificação profissional até 2034, prevista no novo PNE (PL 2614/24). O secretário Marcelo Bregagnoli destacou ações como o Propag e a expansão da rede federal. A presidente da comissão, Tabata Amaral, cobrou regulamentação da Política Nacional de Educação Profissional. O Senac defendeu que o ensino técnico seja porta de entrada também para o ensino superior.

[Link para a notícia](#)

MEC PUBLICA REGRAS PARA “ENEM DOS PROFESSORES”: Foram divulgadas as regras da 1ª edição da Prova Nacional Docente (PND), que apoiará seleções para docentes da educação básica pública. As inscrições serão de 14 a 25 de julho, pelo site pnd.inep.gov.br/pnd, com taxa de R\$ 85. Provas no dia 26 de outubro. O exame faz parte do programa Mais Professores e poderá ser usado por redes públicas como etapa única ou complementar em concursos.

[Link para a notícia](#)

CAMILO SANTANA REJEITA CORTES E DEFENDE AMPLIAR GASTOS COM EDUCAÇÃO: O ministro da Educação, Camilo Santana, reafirmou ser contra qualquer corte na educação e defendeu ampliar investimentos, especialmente para universalizar o programa Pé-de-Meia, que hoje atende 4 milhões de alunos. Em entrevista à Folha, criticou a proposta de reduzir o repasse da União ao Fundeb e o fim dos pisos de educação e saúde. Cobrou também que parte das emendas parlamentares seja destinada à educação, e reforçou que é preciso investir na juventude para acelerar o desenvolvimento do país.

[Link para a notícia](#)

ENEM 2025 TEM 5,5 MILHÕES DE CANDIDATOS INSCRITOS: O Enem 2025 registra 5,5 milhões de inscritos, o maior número desde 2020 e 30% superior a 2022. O total ainda pode mudar, pois depende do pagamento da taxa até 27 de junho. As provas serão aplicadas nos dias 9 e 16 de novembro, com exceção de três cidades do Pará, onde ocorrerão em 30 de novembro e 7 de dezembro. O exame segue como principal porta de acesso ao ensino superior e, em 2025, volta a permitir a certificação do ensino médio para maiores de 18 anos.

[Link para a notícia](#)

MEC APROVA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO PARA RECURSOS DO VAAR: O MEC publicou a Resolução nº 15/2025, que define as metodologias para aferir as condicionalidades I, IV e V do VAAR, exigidas para que redes de ensino recebam a complementação do Fundeb em 2026. As redes devem comprovar critérios técnicos para seleção de gestores escolares, ter referenciais curriculares alinhados à BNCC (incluindo Computação) e, no caso dos estados, implementar a lei do ICMS Educacional. A comprovação deve ser feita no Simec até 31 de agosto de 2025.

[Link para a notícia](#)

PRÊMIO NACIONAL DA EDUCAÇÃO: O presidente Lula assinou decreto que cria o Prêmio Nacional da Educação, para reconhecer cidades, estados, estudantes, professores e gestores que atinjam metas em creches, alfabetização, tempo integral e ensino técnico. A premiação está prevista para 11 de agosto, no Dia do Estudante.

[Link para a notícia](#)

FNDE LIBERA ATAS PARA CLIMATIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS: FNDE lança atas de registro de preços para compra de ar-condicionado em escolas públicas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, visando melhorar o conforto térmico e o rendimento escolar. O processo de adesão é digital e agiliza compras sem licitação. O projeto prevê ampliação para todo o país.

[Link para a notícia](#)

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS AVANÇA NA CÂMARA: A Comissão de Educação da Câmara aprovou projeto que inclui educação financeira nos ensinamentos fundamental e médio, para incentivar hábitos de consumo e poupança equilibrados. A proposta segue para a CCJ e depois ao Senado.

[Link para a notícia](#)

MEC E UNICEF FECHAM PARCERIA PARA PROJETOS DE EDUCAÇÃO: Instituições assinaram memorando para projetos conjuntos em equidade, formação de educadores, conectividade e primeira infância, com foco em crianças em situação de vulnerabilidade. A parceria terá duração inicial de dois anos.

[Link para a notícia](#)

JUROS DE DÍVIDA DE ESTADOS SERÃO INVESTIDOS EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL:

Estados poderão usar recursos da dívida renegociada com a União para ampliar vagas na educação profissional e tecnológica, por meio do programa Juros por Educação, parte do Propag. A meta é abrir 3,3 milhões de novas vagas para fortalecer a EPT no país.

[Link para a notícia](#)

MEC LANÇARÁ PLATAFORMA GRATUITA DE ESTUDOS PARA O ENEM: Ministro Camilo Santana anunciou que o MEC lançará no segundo semestre uma plataforma online gratuita de estudos para o Enem, com dúvidas e correção de exercícios via inteligência artificial. A expectativa é de crescimento de inscritos em relação a 2024. O Enem 2025 ocorrerá nos dias 9 e 16 de novembro.

[Link para a notícia](#)

GOVERNO TESTA TECNOLOGIA 5G PARA CONECTAR ESCOLAS: O Ministério das Comunicações testou o 5G FWA em três escolas rurais do RN, com desempenho comparável ao da fibra óptica, para acelerar a conectividade no programa Escolas Conectadas. A tecnologia poderá complementar fibra e satélite em áreas isoladas, ampliando a inclusão digital nas 138 mil escolas do país.

[Link para a notícia](#)

EDUCAÇÃO ESTRATÉGICA NO BOLSA FAMÍLIA PARA ROMPER A POBREZA: Estudo do IMDS mostra que 64% das crianças beneficiárias do Bolsa Família em 2005 saíram do Cadastro Único em 2019, e 45% acessaram o mercado formal, indicando que a exigência de frequência escolar ajuda a quebrar o ciclo da pobreza. No entanto, sem qualidade no ensino, a permanência na escola não garante inclusão real, sendo necessário fortalecer a articulação entre o programa e a melhoria da educação pública.

[Link para a notícia](#)

CHAT GPT PODE IMPACTAR NEGATIVAMENTE A APRENDIZAGEM: Estudo do MIT aponta que o uso contínuo de IA como o Chat GPT pode reduzir a atividade cerebral e prejudicar habilidades de aprendizagem e autoria. Em experimento, participantes que usaram apenas IA apresentaram menor conectividade neural e menor senso de autoria em comparação com quem utilizou apenas o próprio cérebro ou ferramentas de busca. O instituto alerta para possíveis impactos de longo prazo do uso excessivo de IA na educação.

[Link para a notícia](#)

MEC ENTREGA MATERIAIS DE APOIO À RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS: O MEC lançou novos materiais para apoiar redes de ensino na avaliação e recomposição das aprendizagens, incluindo guia de reorganização curricular e matriz priorizada. Os documentos, desenvolvidos com o Instituto Reúna e redes locais, auxiliam professores e gestores a enfrentar defasagens educacionais ampliadas no pós-pandemia, alinhados a programas como Escola em Tempo Integral e Criança Alfabetizada.

[Link para a notícia](#)

CURSO GRATUITO APOIA INCLUSÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA NO ORÇAMENTO MUNICIPAL: Estão abertas as inscrições para o curso *Primeira Infância Primeiro no PPA*, promovido pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e Atricon, com foco em incluir a primeira infância no planejamento e orçamento municipal conforme o Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016). Gratuito e disponível na Enap, o curso é voltado a servidores de áreas como orçamento, saúde, educação e assistência social, oferecendo ferramentas para alinhar os PPAs às diretrizes legais, promovendo mais transparência e efetividade nas ações para crianças de 0 a 6 anos.

[Link para a notícia](#)

INCLUSÃO - COMO FORTALECER A PARCERIA ENTRE O AEE E A SALA REGULAR: O AEE é complementar à sala regular e essencial para identificar necessidades, planejar estratégias e eliminar barreiras para a inclusão. A parceria entre os professores do AEE e da sala regular fortalece o PEI, garante adaptações e assegura acesso pleno, aprendizagem e participação de todos, com equidade. Juntos, constroem uma escola inclusiva que valoriza as diferenças e o desenvolvimento de cada estudante.

[Link para a notícia](#)

TER PROFESSOR EM UMA ÚNICA ESCOLA FAVORECE DESEMPENHO: Estudo com dados do Pisa mostra que alunos têm melhor desempenho quando professores atuam em apenas uma escola. No Brasil, 20% dos docentes trabalham em duas ou mais escolas, frente a 5% na OCDE. Quando 80% dos professores atuam em uma única unidade, o desempenho em matemática aumenta 10 pontos. Carga horária excessiva e baixos salários no Brasil impactam a qualidade da educação, destacando a importância do vínculo docente e da escola em tempo integral.

[Link para a notícia](#)

PENAS MAIS DURAS PARA CRIMES EM ESCOLAS ENTRAM EM VIGOR: A Lei nº 15.159 aumenta as penas para crimes cometidos em escolas, faculdades e centros educacionais. Crimes como homicídio terão penas até 2/3 maiores se ocorrerem em ambientes escolares ou cometidos por responsáveis e funcionários. A lei também inclui crimes em escolas na Lei de Crimes Hediondos. Também foi sancionada a Lei nº 15.163, que endurece penas para abandono e maus-tratos a incapazes, idosos e pessoas com deficiência.

[Link para a notícia](#)

ABERTA CONSULTA SOBRE NOVO PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA: MEC e MinC abriram consulta pública sobre o Novo PNLL 2025-2035, disponível no Participa + Brasil até 8 de agosto, para ouvir a sociedade sobre políticas de livro, leitura, literatura, escrita e bibliotecas para os próximos 10 anos. O Plano busca democratizar o acesso ao livro, promover a leitura, formar leitores e fortalecer a economia do livro no país, com regulamentação prevista para o segundo semestre de 2025.

[Link para a notícia](#)

PÉ-DE-MEIA TIRA R\$ 685,9 MILHÕES DO ORÇAMENTO PARA ESCOLA INTEGRAL: Governo solicitou ao Congresso a retirada de R\$ 685,9 milhões da política de tempo integral para cobrir despesas do Pé-de-Meia, programa de bolsas do ensino médio. O valor representa quase metade dos R\$ 1,5 bilhão previstos para a expansão da jornada ampliada. Apesar da justificativa de que os recursos do Fundeb compensarão o corte, o MEC executou apenas R\$ 297 mil para tempo integral até agora. O programa Pé-de-Meia tem custo estimado de R\$ 12 bilhões em 2025.

[Link para a notícia](#)

INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS COM NOVO PROGRAMA DO MEC:

O programa "Na Ponta do Lápis" integrará temas de educação financeira, fiscal, previdenciária e securitária ao currículo da educação básica como temas transversais da BNCC. A adesão dos entes federativos será voluntária e feita por termo assinado pelos chefes do Executivo. A iniciativa inclui formação de professores, elaboração de materiais pedagógicos, Olimpíadas Temáticas e avaliação anual das aprendizagens.

[Link para a notícia](#)

COMITÊ DIVULGA RELATÓRIO PARA APRIMORAR AVALIAÇÕES DA EDUCAÇÃO BÁSICA:

O Inep recebeu o relatório final do Comitê Consultivo de Especialistas, com recomendações para fortalecer o Saeb e integrá-lo às avaliações estaduais de alfabetização. Entre as propostas estão a equalização dos instrumentos de avaliação, compartilhamento de itens e critérios, e maior alinhamento técnico entre os sistemas. O documento orientará melhorias nas próximas edições do Saeb e na Política Nacional de Avaliação.

[Link para a notícia](#)

DADOS DO CENSO ESCOLAR REVELAM QUE APENAS 15% DAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS TÊM PSICÓLOGOS:

A Lei nº 13.935/2019, que prevê a presença desses profissionais, só será plenamente cumprida em 2058 no ritmo atual de contratações. A disparidade entre estados é grande: RS tem 0,1%, enquanto ES chega a 65,1%. Especialistas destacam o impacto da escuta qualificada e a urgência de investimento e mudança cultural nas redes de ensino.

[Link para a notícia](#)

58% DOS MUNICÍPIOS MELHORARAM ALFABETIZAÇÃO: Em 2024, 59,2% das crianças foram alfabetizadas na idade certa, segundo o Indicador Criança Alfabetizada, subindo 3,2 pontos em relação a 2023. A meta nacional de 60% quase foi atingida, com destaque para Ceará (85,3%), Goiás (72,7%) e Minas Gerais (72,1%). Ao todo, 58% dos municípios melhoraram seus resultados e 53% atingiram as metas pactuadas. O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada envolve mais de R\$ 1 bilhão em investimentos e ações formativas em todo o país.

[Link para a notícia](#)

AÇÕES PARA A MELHORIA DA GESTÃO ESCOLAR - MEC APRESENTA RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO DAS ESCOLAS:

O MEC divulgará na última sexta-feira, 18 de julho, os resultados do Diagnóstico das Escolas 2024, que contou com a participação de mais de 93 mil unidades. O evento online também lançou o Edital de Apoio à Formação Continuada para Diretores Escolares. O Painel de Resultados estará disponível no PDDE Interativo, com indicadores por escola. O edital prevê cursos EaD gratuitos para diretores, com foco em gestão pedagógica, administrativa e de pessoas.

[Link para a notícia](#)

Documento elaborado e revisado pelos seguintes membros do Instituto Articule

**Bárbara Alcântara
José Mauricio Avilla Carvalho
Willer Moravia**